

## Finanças

# Crédito Proposta, a ser analisada pelo governo, prevê a transferência de carteiras inadimplentes à empresa Emgea quer ter bancos públicos como sócios

Edna Simão e Fabio Graner  
De Brasília

A Emgea (Empresa Gestora de Ativos) quer ampliar suas funções e cuidar não só dos "créditos podres" da Caixa Econômica Federal como também de outros bancos públicos, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco do Nordeste (BNB), o Banco da Amazônia (Basa) e a Finep (responsável por operações de financiamento a planos de negócios em inovação).

Criada em 2001 pelo Ministério da Fazenda, a Emgea administra os contratos imobiliários descasados que estavam nas mãos da Caixa e concede desconto para o pagamento das dívidas para evitar um rombo maior nas contas públicas.

Em entrevista ao **Valor**, o diretor-presidente da Emgea, Roberto Barreto, disse que já apresentou à equipe econômica uma proposta para permitir que os ban-

cos públicos federais possam ser sócios da empresa de cobrança. "A ideia é transformar esses bancos em sócios através da internalização de suas carteiras", diz Barreto. "É uma proposta da Emgea que está sendo avaliada pelo governo." Com essa estruturação, a Emgea não precisaria de aportes do Tesouro Nacional para suprir a necessidade de capital no momento da incorporação das carteiras dos bancos públicos.

Segundo Barreto, a proposta prevê a transferência, pelos bancos públicos, de carteira inadimplentes para a Emgea, que ficaria responsável pela precificação da carteira, incorporada como capital da empresa de ativos. "Não é vender a carteira. Estou falando em virar sócios. A carteira viraria capital da Emgea, aportando esse valor como capital", diz.

A ampliação das funções da Emgea, conforme Barreto, depende de alteração da legislação que

criou a entidade. Sem mudanças, a existência da empresa de cobrança de ativos teria os dias contados. Teria razão para viver por, no máximo, três ou quatro anos. "A gente tem mostrado para o governo que a Emgea é um instrumento importante inclusive na busca de solução para carteiras inadimplidas dos bancos públicos. Não só da Caixa."

Uma fonte da equipe econômica considera que a ideia de tornar os bancos sócios da Emgea é complexa e difícil de ser implementada. Segundo esse interlocutor, as discussões sobre o futuro da Emgea são necessárias porque a empresa está concluindo sua função original e precisa encontrar novas atividades.

A fonte explica que mais viável do que tornar os bancos sócios seria fazer acordos operacionais nos quais a Emgea cobrasse os créditos podres e, à medida que recuperasse os recursos, ambas as partes fossem beneficiadas. A medida faz sentido sobretudo para os bancos menores, como BNB e Basa, que não contam com estruturas fortes de cobrança e ainda poderiam limpar seus balanços. A fonte ressalta que o tema está em fase preliminar no governo.

Atualmente, o principal ativo da Emgea são R\$ 14 bilhões do

Fundo de Compensação de Variação Salarial. "Essa moeda de troca é boa para a Caixa, mas não é para outros bancos públicos. Por isso nossa ideia é incorporar carteiras para termos poder de fogo na hora de receber as carteiras", frisou. Ele disse ainda que não faz sentido, no atual momento de ajuste fiscal, solicitar, por exemplo, aporte de recursos do Tesouro Nacional para comprar carteiras.

Essa não é a primeira vez que representantes da Emgea tentam aumentar as atribuições da empresa. Em 2012, o governo chegou a avaliar a possibilidade de limpar os balanços de alguns

bancos públicos com uma operação de transferência de crédito "podres" à Emgea. A ideia surgiu como forma de viabilizar a expansão de crédito dos bancos estatais. A medida liberaria recursos destinados a provisões, com impactos positivos no capital.

Na ocasião, o estudo não foi adiante devido ao temor de implicar em aportes de recursos do Tesouro Nacional. Além disso, no bastidores, os bancos privados alegaram que não poderiam avançar o crédito, pois não tinham uma empresa como a Emgea, que conta com aportes do Tesouro, para assumir o risco da operação.

## BC deve ter perda de R\$ 47,9 bilhões no 2º semestre de 2016

Eduardo Campos  
De Brasília

O Conselho Monetário Nacional (CMN) deve aprovar na quinta-feira o balanço do Banco Central (BC) referente ao segundo semestre e a todo ano de 2016. Os números já apresentados mostram um resultado positivo de R\$ 7,780 bilhões nas operações com títulos em carteira, compromissadas, remuneração da conta única do Tesouro Nacional, entre outras. E uma perda líquida com as operações das reservas cambiais de R\$ 55,674 bilhões. Assim, o resultado a acertar entre BC e Tesouro fica na casa de R\$ 47,9 bilhões. O Tesouro fará a cobertura por meio da emissão de títulos em até 10 dias úteis após a aprovação do balanço.

O resultado do segundo semestre se soma a uma fatura já liquidada de cerca de R\$ 200 bilhões referentes ao primeiro semestre de 2016, que foi quitada no começo de 2017. No ano, a conta fechará na casa dos R\$ 250 bilhões.

Os expressivos volumes decorrem da equalização das reservas internacionais, que apresentaram uma perda líquida de cerca de R\$ 324 bilhões em 2016, em função da desvalorização do dólar de cerca de 18% no ano passado. Também na quinta-feira ficará mais claro o custo de carregamento das reservas internacionais dado pela diferença entre a taxa de captação do BC multiplicado pelo estoque de reservas,

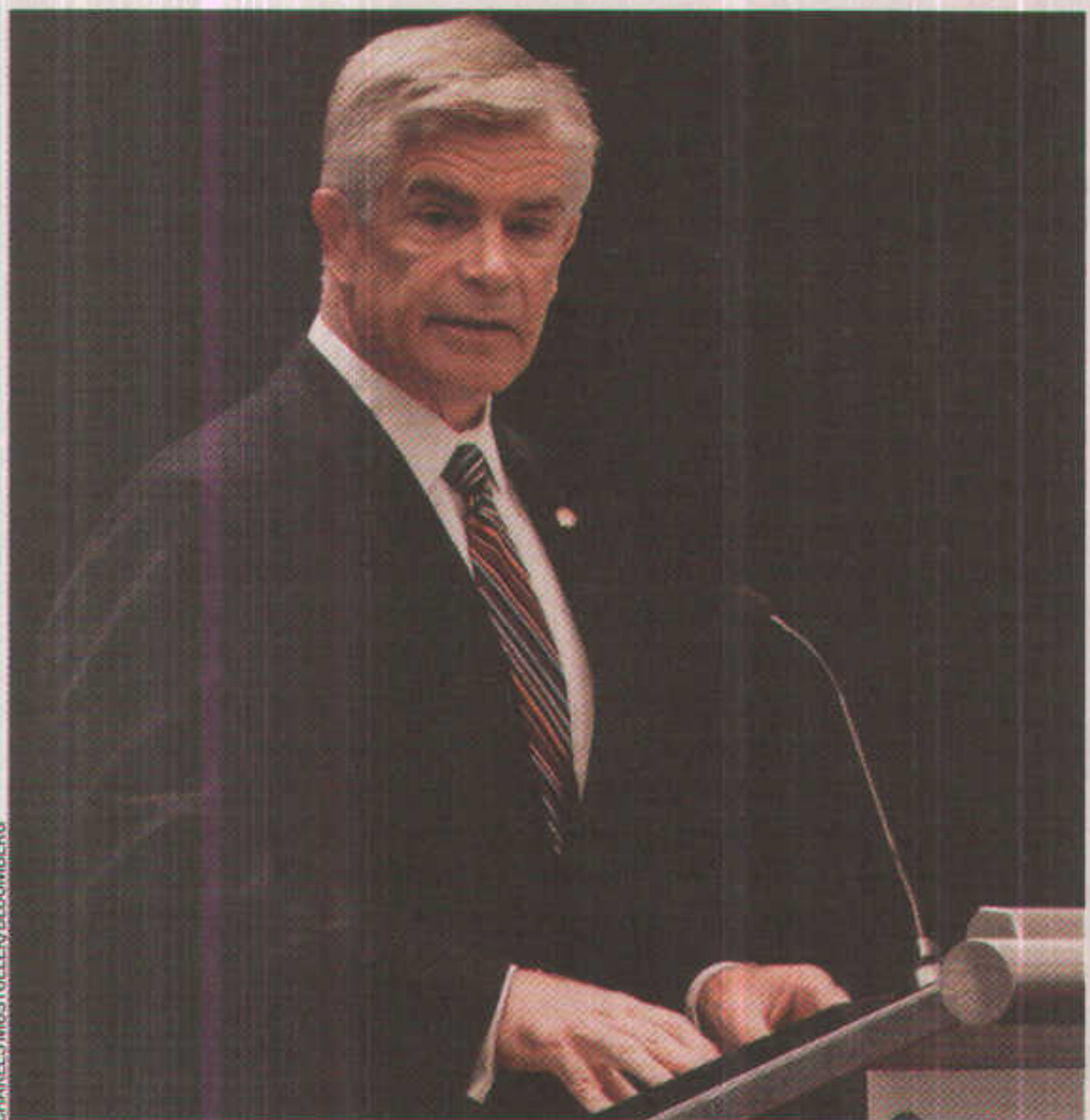
que beira os R\$ 90 bilhões.

Em 2015, com a forte alta da moeda americana, o ganho contábil com a conversão das reservas internacionais foi de R\$ 260 bilhões, e a conta a acertar entre BC e Tesouro ficou positiva na linha dos R\$ 234 bilhões. Mas quando o BC ganha, paga ao Tesouro em dinheiro, que é integrado à Conta Única do Tesouro.

No âmbito da chamada Agenda BC+, o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, já falou que vai rever essa forma de relacionamento com o Tesouro reduzindo a volatilidade das transferências entre os dois entes. A ideia, ainda não detalhada, sugere disciplinar o fluxo de resultados criando uma reserva de resultados, que poderia amortecer essas acentuadas variações. Só depois que for atingido determinado valor é que resultados seriam repassados ao Tesouro.

No Senado tramita um projeto, o PLS 125 de 2016, que propõe a criação de um mecanismo para amortecer essas acentuadas oscilações. Os ganhos ficariam acumulados em uma reserva, para abater possíveis prejuízos futuros. Atingido certo montante, a ser definido pelo Executivo, os resultados excedentes seriam repassados ao "fundo de transferência". O repasse dos recursos desse fundo ao Tesouro seria em valor equivalente à média dos aportes feitos longo dos três exercícios financeiros anteriores, descontados eventuais saques feitos para cobrir perdas do BC.

## Preocupação com o Fed



Os projetos de lei do Congresso dos EUA que poderiam limitar a capacidade de o Federal Reserve decidir sobre política monetária de forma independente são profundamente preocupantes, embora o banco central, para ser mais

transparente, possa "comunicar melhor" suas razões, disse o presidente do Fed da Filadélfia, Patrick Harker. "Estou profundamente preocupado" com os esforços no Congresso para aumentar a supervisão e o controle, disse.

QUAL É O PAPEL DE UM BANCO GLOBAL NO DESENVOLVIMENTO DO BRASIL?



## SulAmérica tem queda no lucro com aumento nos sinistros de automóveis

Daniela Meibak  
De São Paulo

O desempenho ruim do ramo de automóveis pesou nos resultados das seguradoras em 2016 e para a SulAmérica a história não foi diferente. A companhia apresentou queda de 5,3% no lucro líquido do ano passado, somando R\$ 698,4 milhões, mas conseguiu uma alta de 5,7% no último trimestre, para R\$ 315,7 milhões.

A tônica dos últimos meses não deve ser muito diferente em 2017, na avaliação do presidente Gabriel Portella. Segundo ele, o primeiro semestre não deve apresentar muitas mudanças, com a economia se recuperando, mas ainda

alto desemprego. Existe, porém, espaço para segurar despesas e aumentar a produtividade.

O total de receitas operacionais foi de R\$ 4,31 bilhões de outubro a dezembro, com alta de 6,8%, impulsionadas pelo desempenho dos segmentos de saúde e odontológico, previdência e capitalização. A sinistralidade subiu 3,1 pontos percentuais e foi a 73,1% no trimestre, puxada pela alta de 4,9 pontos no ramo de automóveis, que chegou a 67,9%. A companhia conseguiu compensar nos custos de comercialização, o que levou a uma queda de 0,3 ponto percentual no índice combinado — medida de eficiência e quanto menor, melhor — e fechou na casa dos 97%.

Portella destaca a queda do emplacamento de veículos, retração da indústria, perda do poder aquisitivo dos clientes, além do aumento do risco em alguns Estados. Esses aspectos levaram a um resultado pior no ramo. Uma das medidas adotadas para driblar o cenário foi a criação do produto Auto Compacto, um seguro com cobertura básica e preço mais acessível. "O produto vem caminhando bem, completou o portfólio e ajudou a suavizar a queda, atraindo consumidores de poder aquisitivo menor", afirma.

O resultado financeiro foi positivo em R\$ 273,1 milhões, com evolução de 25,9%, explicado pelo incremento do volume de ativos pró-

prios sob gestão. O resultado foi impactado por uma menor taxa de inflação no período, que afetou negativamente a performance de ativos indexados ao IPCA. A rentabilidade da carteira de ativos foi de 95,2% do CDI no trimestre e de 95,7% no acumulado do ano.

Em meio à tendência de queda da taxa de juros, Arthur Farne, vice-presidente, explica que a primeira reação é na disciplina de precificação e subscrição e controle das despesas administrativas. "O desafio exige maior disciplina de precificação, maior cuidado na gestão de despesas e impõe desafios nas próprias estratégias de alocação dos investimentos", afirma.